

José Cruz



VOTAÇÃO FINAL José Jorge, Edison Lobão, Eduardo Suplicy e Antonio Carlos na Comissão de Justiça

Reforma da Justiça vai ao Plenário

A Comissão de Justiça concluiu ontem a votação dos 175 destaques ao relatório do senador José Jorge.

A reforma do Judiciário será examinada, agora, pelo Plenário na forma de dois textos substitutivos.

Páginas 4 a 6

Projeto para inclusão de jovens terá US\$ 20 milhões

Projeto do governo de São Paulo destinado a promover a participação de jovens de baixa renda em atividades artísticas e culturais deverá contar com US\$ 20 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou ontem o pedido de empréstimo, que agora será analisado pelo Plenário.

Outra proposta aprovada

pela CAE adapta às normas do Mercosul a legislação brasileira sobre classificação, qualidade, produção, circulação e comercialização de vinho e derivados de uva. O projeto segue agora para o Plenário.

A comissão anunciou também a realização de audiência pública sobre a fusão da cervejaria brasileira AmBev com a belga Interbrew.

Página 8



LEGISLAÇÃO Simon (E) apresenta à CAE seu relatório sobre projeto que muda normas relativas à produção e venda do vinho nacional



MUDANÇA O relator Renan Calheiros (E) observa Tuma (ao microfone): medida provocou debate no Plenário

Modificada MP que autoriza guarda municipal a usar arma

O Senado derrubou a permissão, prevista em medida provisória, para que guardas municipais de cidades com população entre 50 mil e 250 mil habitantes possam portar armas em serviço. O projeto

de conversão da MP aprovado ontem pelo Plenário abre uma exceção: o porte é permitido a guardas de municípios situados em regiões metropolitanas, independentemente do número de habitantes.

Outra medida provisória acolhida é a que regulamenta a partilha, entre União, estados, Distrito Federal e municípios, da receita da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

Página 3

Roosevelt Pinheiro



DÚVIDA Heloísa indaga se deve declarar no IR gastos com passagens e assessoria

Heloísa quer informação sobre verba indenizatória

A senadora Heloísa Helena (sem partido-AL) pediu à Mesa que faça consulta à Advocacia Geral do Senado sobre a chamada verba indenizatória pelo exercício da atividade parlamentar. Ela quer saber se esses recursos devem ser incluídos na declaração de rendimentos à Receita Federal.

– Faço a consulta, de maneira formal, porque há senadores que são ex-deputados e que estão aconselhando os colegas a não declarar, para “não dar confusão”. Isso precisa ser tecnicamente bem esclarecido para evitar que oportunistas de plantão se aproveitem de eventuais discrepâncias – afirmou.

Heloísa acrescentou que a consulta e a resposta da Advocacia têm que ser rápidas, porque o prazo para declaração de renda está se esgotando. A verba, prevista em lei, é usada pelos parlamentares em despesas como aquisição de material para escritório, passagens aéreas e contratação de assessores. Os senadores são obrigados a prestar contas desses gastos, que devem ser restritos à atividade parlamentar.

Tourinho pede correção da tabela do Imposto de Renda

■ Senador quer ampliar faixas de isenção e valores a serem deduzidos com saúde, educação e dependentes

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) voltou a propor a correção das tabelas do Imposto de Renda (IR), de modo a ampliar as faixas de isenção e os valores a serem deduzidos com saúde, educação e dependentes. Segundo o parlamentar, a medida faria justiça aos contribuintes, já que a Receita Federal não vem levando em consideração os índices de inflação para compor as tabelas.



BENEFÍCIOS Medida aumenta renda da classe média e gera crescimento, justifica Tourinho

A correção das faixas de isenção e dos valores de dedução representaria aumento da renda da classe média e contribui-

ria para o crescimento econômico do país, observou Tourinho. Ele lembra que o PMDB, partido da base governista, exigiu a correção das tabelas.

– É uma pena que o partido não tenha votado a favor de emenda de minha autoria propondo a correção quando do exame da reforma tributária – lamentou o senador pelo PFL.

Tourinho também defendeu o PLS 41/04, apresentado por ele recentemente, em que propõe a obrigatoriedade do pagamento da restituição do IR até o mês de dezembro do ano em que a declaração foi entregue. A proposta, argumenta ele, evitaria que o governo continuasse atrasando a restituição do IR.



EMPREGO Paim também cobra aprovação de proposta que reduz jornada de trabalho

Paim defende projeto que garante mínimo de R\$ 312

O senador Paulo Paim (PT-RS) pediu ao governo federal que, em vez de tratar o aumento do salário mínimo por meio de medida provisória, dê preferência a projeto de sua autoria (PLS 5/03), aprovado na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que assegura aumento real de 20 centavos por hora. De acordo com proposta do senador, o salário mínimo seria elevado para R\$ 312.

Paim observou que, todas as vezes que o reajuste do mínimo foi tratado por medida provisória, o valor final nunca alcançou US\$ 100. Em 1991, 1995 e 1998, quando o salário mínimo ultrapassou esse valor, o assunto foi tratado por projeto de lei e houve ampla negociação entre os parlamentares da Câmara e do Senado.

Redução de jornada

O senador também abordou proposta de sua autoria, em parceria com o deputado Inácio Arruda (PCdoB-CE), de redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Paim informou que a medida geraria 3 milhões de empregos. Ele anunciou que debaterá esse assunto, além da política de geração de empregos, em seminários promovidos por entidades sindicais durante todo o mês de abril.

Por fim, o senador cobrou mais uma vez do governo o cumprimento do acordo para aprovação da PEC paralela da Previdência, em tramitação na Câmara. Paim lembrou que o próprio presidente Lula telefonou para ele ratificando o compromisso firmado pelas lideranças do governo no Senado.

Em apartes, Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) também cobrou a aprovação da matéria, e Flávio Arns (PT-PR) reforçou o compromisso do presidente Lula de apoio à PEC paralela.

Agenda

Sessão não deliberativa às 14h30

O Plenário realiza hoje, às 14h30, sessão não deliberativa, sem a votação de matérias. Os primeiros parlamentares inscritos para discursar na tribuna são o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) e a senadora Serys Silhessarenko (PT-MT).



Comissão discute venda da Embratel à empresa mexicana Telmex

A Comissão de Educação (CE) se reúne na próxima terça-feira, às 10h, para discutir a operação de venda do controle acionário da Embratel à empresa mexicana Telmex. Devem participar

da reunião, além dos presidentes das respectivas empresas, o presidente do Conselho da Telemar, do Consórcio Calais, da Comissão de Valores Imobiliários (CVM) e da Anatel.

Zuenir Ventura na TV Senado

O jornalista e escritor Zuenir Ventura é o convidado do programa *Leituras*, exibido pela TV Senado no próximo sábado, às 20h. Ele fala sobre o lançamento do seu novo livro, *Chico Mendes – crime e castigo*.

Homenagem a Caymmi

O *Escala Brasileira* desta semana, que a Rádio Senado exibe amanhã às 23h, celebra os 90 anos de Dorival Caymmi, a serem comemorados no dia 30 de abril. O programa será reapresentado no sábado, às 20h.

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF
CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade
Diagramação: Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sérgio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Transferência de R\$ 3,4 bi para estados e municípios

O Senado aprovou ontem a transferência de R\$ 3,4 bilhões a estados e municípios destinados a compensar a renúncia à cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas exportações e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef). A transferência foi determinada por meio da Medida Provisória 162/04.

Resultado do acordo que viabilizou a reforma tributária no final do ano passado, R\$ 2,8 bilhões foram transferidos aos estados e municípios dentro das regras do Fundo de Compensação das Exportações. Para o Fundef foram transferidos R\$ 510 milhões.

Mesmo elogiando o cumprimento parcial do acordo, senadores da oposição e da base do governo cobraram a transferência de mais R\$ 1,1 bilhão.

Por falta de acordo, deixaram de ser votados quatro projetos de lei de conversão (PLV) referentes a MPs: PLV 20/04, relativo a mudanças na estrutura de ministérios e da Casa Civil; PLV 21/04, que trata das contribuições para o PIS/Pasep e a Cofins; PLV 23/04, que dispõe sobre contratos de gestão entre a Agência Nacional de Águas e entidades; e PLV 22/04, que proíbe o funcionamento de bingos e de caça-níqueis.

Senado retifica projeto de conversão

Foi acolhido pelo Plenário o pedido de retificação do senador José Jorge (PFL-PE), que atuou como relator-revisor da Medida Provisória 115/04, que dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das agências reguladoras. Com isso, dois artigos do Projeto de Lei de Conversão (PLV) 15/04, aprovado no dia 1º de abril, foram modificados e a matéria terá que retornar para análise da Câmara dos Deputados.

As alterações promovidas pelo Senado têm como objetivo esclarecer que a Gratificação de Desempenho da Atividade de Regulação (GDAR) deve ser estendida somente aos analistas legislativos.

Senadores mudam permissão para guardas municipais usarem armas

■ Porte fica autorizado em área metropolitana e em cidade que tenha entre 250 mil e 500 mil habitantes

O Plenário do Senado alterou substancialmente ontem a Medida Provisória 157/03, assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva às vésperas do último Natal, um dia depois da vigência do Estatuto do Desarmamento. Lula baixou a MP para que as guardas municipais de prefeituras com população entre 50 mil e 250 mil possam usar armas em serviço. O estatuto previa o uso de armas pelas guardas em serviço nas cidades com população entre 250 mil e 500 mil pessoas. A Câmara havia aprovado a MP 157 sem alterações.

No Senado, no entanto, onde nasceu o Estatuto do Desarmamento, a medida provisória provocou polêmica e o relator-revisor, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), derrubou em um projeto de conversão da MP 157 a permissão para que cidades menores possam ter guardas municipais armadas, em serviço. Alguns senadores do Nordeste, como César Borges (PFL-BA), disseram que prefeitos de pequenos municípios nordestinos



ALTERAÇÃO Projeto de Renan foi aprovado em Plenário e vai ao exame da Câmara

passariam a deter poder de polícia para intimidar adversários.

Resultado: o Senado aprovou o projeto de conversão permitindo armas em serviço apenas para guardas de municípios entre 250 mil e 500 mil habitantes (como está hoje no Estatuto do Desarmamento). No entanto, foi feita uma mudança fundamental, na opinião dos prefeitos de cidades na periferia das áreas metropolitanas. As guardas de municípios integrantes de regiões metropolitanas poderão portar armas em serviço, não interessando sua população.

Por acordo com o Ministério

da Justiça, o relator Renan Calheiros colocou em seu projeto de conversão um artigo que prorroga por 90 dias, a partir da Lei do Estatuto do Desarmamento, todos os prazos dessa lei. O governo editou recentemente essa prorrogação, mas fez uma modificação que poderia "tornar o Estatuto do Desarmamento uma lei morta", na opinião de Renan. A MP 174/04 informa que os 90 dias de prorrogação valeriam após a edição do decreto que vai regulamentar o estatuto.

– Desse jeito, o governo poderia adiar infinitamente a regulamentação do Estatuto do Desarmamento e seus prazos nunca entrariam em vigor – explicou Renan Calheiros.

Com o projeto de conversão da MP 157, as autorizações de porte de armas, que venceriam no final de março, terão validade até o final de junho. O prazo para que donos de armas registradas renovem seu registro, que iria até o final de junho, fica adiado até o final de setembro deste ano. O prazo para que pessoas donas de armas sem registro façam sua entrega à Polícia Federal, com direito a ressarcimento, que se encerraria também em junho, irá até o final de setembro.

Detalhe: os senadores apro-

varam uma mudança na MP 157 e, por isso, ela voltará ao exame dos deputados, que podem alterar tudo outra vez. Essa é uma situação curiosa, pois os prazos mencionados acima valerão se os deputados fizerem sua confirmação e, após, o presidente Lula sancionar, sem vetos, o projeto de conversão do Congresso.

Na prática, estão valendo os prazos previstos em uma segunda medida provisória que mexeu no estatuto (MP 174/04, em tramitação na Câmara). Os prazos estão prorrogados por 90 dias após a assinatura, pelo presidente da República, do decreto que irá regulamentar o Estatuto do Desarmamento. Como o decreto ainda não saiu, não há prazo nenhum.

A situação é confusa e alguns senadores, como Renan Calheiros, acreditam que a MP 174 (que prorroga prazos a partir da regulamentação) acabará não sendo votada e a negociação, na Câmara, poderá se concentrar no projeto de conversão aprovado ontem pelo Plenário. Outros senadores, como Romeu Tuma (PFL-SP), acham que a Câmara poderá alterar o projeto de conversão da MP 157, o que obrigará sua volta ao exame dos senadores.

Aprovada partilha do imposto dos combustíveis

O Senado aprovou o Projeto de Lei de Conversão 19/04, proveniente da Medida Provisória 161/03, que regulamenta a partilha, entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). A Cide é um tributo que incide sobre a importação e o comércio de combustíveis (petróleo e seus derivados, gás natural e álcool).

Pela proposta aprovada, 29% da receita da Cide serão entregues aos estados e ao Distrito Federal trimestralmente, com depósito em conta no Banco do Brasil ou outra instituição indicada pelo Executivo.

O montante de 29% destinado aos estados será distribuído obedecendo-se aos seguintes critérios: 40% serão proporcio-

nais à malha viária federal e estadual pavimentada existente em cada estado e no Distrito Federal; 30% proporcionalmente ao consumo de combustíveis de cada estado e do DF; 20% serão distribuídos proporcionalmente à população, e 10% distribuídos em parcelas iguais entre todos os estados e o Distrito Federal.

Caberá ao Tribunal de Contas da União (TCU) fazer as atualizações necessárias a cada ano. O dinheiro proveniente da Cide terá que ser aplicado, obrigatoriamente, em infra-estrutura de transportes.

O relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), rejeitou emendas, em acordo com o governo, para evitar que a matéria retornasse à Câmara dos Deputados, onde há sete medidas provisórias trancando a



URGÊNCIA João Alberto Souza rejeitou emendas para evitar que projeto retornasse ao exame da Câmara dos Deputados

pauta.

O líder do PFL, José Agripino (RN), propôs que o repasse aos estados e municípios fosse mensal. O relator e o líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmaram que a Cide é inversamente proporcional ao aumento do petróleo. Quando o preço do óleo sobe, a Cide cai, e vice-versa. E esse cálculo

é feito trimestralmente.

Lúcia Vânia (PSDB-GO) tentou adiar a votação, argumentando prejuízos ao Centro-Oeste, que tem pouco percentual de estradas asfaltadas e grande volume de produção agrícola para escoar. O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), propôs a bimestralidade, mas também foi derrotado.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

A votação dos destaques foi concluída na CCJ. Dois textos fazem parte do substitutivo da comissão: um que coincide com pontos aprovados pela Câmara e outro que altera a PEC

Proposta está pronta para ir ao Plenário



DEBATE O relator José Jorge (D) discute com Fernando Bezerra um dos 175 destaques apresentados à emenda pelos senadores

Comissão mantém súmula vinculante e controle externo

A CCJ decidiu manter na reforma do Judiciário a súmula vinculante, após acordo entre as lideranças que levou a senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) a retirar o último destaque que pedia a votação do dispositivo separadamente. Ela avaliou como importante o fato de a súmula vinculante não ser estendida ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) e ao Tribunal Superior do Trabalho (TST), mas ter ficado restrita ao Supremo Tribunal Federal (STF). Para o STJ e o TST, o relatório de José Jorge prevê a súmula impeditiva de recursos.

Voto vencido na bancada do seu partido, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) pediu a palavra para lembrar que, em audiência pública promovida pela CCJ em fevereiro, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, ponderou que a súmula vinculante poderia "engessar" a jurisprudência e cercear a liberdade do juiz de primeiro grau, que é, na sua opinião, o responsável pela renovação do Direito. Além disso, ressaltou Suplicy, poderia haver, com o mecanismo, usurpação de competência do Senado, que tem a prerrogativa de declarar a inconstitucionalidade de leis após provocação do Supremo.

CNJ

Os senadores da comissão ainda rejeitaram o destaque que alterava a composição do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Dessa forma, foi mantido o tex-

to aprovado na Câmara, que determina que o órgão de controle externo terá membros escolhidos pela Câmara e pelo Senado entre representantes da sociedade civil que tenham amplo saber jurídico e reputação ilibada. O relatório de José Jorge, porém, retira o CNJ da estrutura do Poder Judiciário, eliminando a possibilidade de o órgão determinar a perda de mandato de magistrado.

Nepotismo

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) também decidiu retirar destaque de sua autoria que estendia a todos os Poderes da República a proibição de nomear parentes. Ele deverá apresentar PEC específica sobre o fim do nepotismo em todas as instâncias do setor público. O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), se comprometeu a apoiar a proposta.

A reforma do Poder Judiciário foi proposta em 1992 pelo então deputado Hélio Bicudo (PT-SP) e chegou ao Senado em 2000. Nesta Casa, foi relatada inicialmente pelo então senador Bernardo Cabral, mas não chegou a ser votada pelo Plenário. Por decisão do presidente do Senado, José Sarney, e com a concordância das lideranças e do Plenário, a proposta retornou a exame da CCJ, quando José Jorge foi designado novo relator pelo presidente da comissão, senador Edison Lobão (PFL-MA).

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu ontem a votação dos 175 destaques apresentados ao relatório do senador José Jorge (PFL-PE) à proposta de emenda à Constituição (PEC 29/02) que reforma o Judiciário. O parecer da CCJ será examinado agora pelo Plenário na forma de dois textos substitutivos.

Como o relatório da comissão coincide em muitos pontos com o que foi acolhido pelos deputados, José Jorge propôs um texto que, caso seja aprovado sem alterações pelo Plenário, será enviado à promulgação; o outro, que contém as modifica-

ções no texto da Câmara aceitas pela CCJ, deverá ser encaminhado de volta àquela Casa para novo exame após votação no Plenário do Senado.

Controle externo

Foram mantidas pela comissão alterações importantes na estrutura do Judiciário, como a instituição da súmula vinculante para as decisões do Supremo Tribunal Federal (STF); o controle externo do Judiciário e do Ministério Público; a quarentena para membros do Judiciário, que serão impedidos de exercer a advocacia perante o último local de atuação nos três anos anteriores ao afastamento; e o fim do nepotismo, com a proibição de nomear parentes nos tribunais ou juízos.

Além disso, o relator já sugeriu novas PECs para tratar de temas como a instituição de juizados de instrução criminal para determinadas infrações penais. Ainda está prevista a substituição dos precatórios – pagamento a ser feito pela Fazenda Pública, determinado judicialmente – pelos títulos sentenciados, expedidos após o término de ação vitoriosa contra o Estado, que deverá incluir o valor no orçamento do ano seguinte e efetuar o pagamento em dez parcelas.

Destaques aprovados pela Comissão de Justiça

Defensorias públicas

A CCJ acolheu destaque da senadora Serys Slhessarenko mantendo dispositivo que concede autonomia às defensorias públicas dos estados. Serys argumentou que a modificação proposta por José Jorge, que incluiu a defensoria do Distrito Federal e da União no dispositivo, tornaria obrigatório o retorno desse item à Câmara, atrasando a implementação da proposta.

O líder do governo, Aloizio Mercadante, defendeu o destaque, ressaltando o papel das defensorias no acesso dos pobres à Justiça. Ele observou que vários estados, como São Paulo, ainda não puderam instituir defensoria por falta de regulamentação da autonomia. Mercadante propôs acordo para que a alteração introduzida pelo relator no Senado seja enviada à Câmara em separado, com o que concordaram Demostenes Torres (PFL-GO), Alvaro Dias (PSDB-PR), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Romero Jucá (PMDB-RR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

AGU

Foi acolhido destaque de Serys para permitir que a Advocacia Geral da União (AGU) continue opinando sobre as ações diretas de inconstitucionalidade (Adins). Demostenes discordou, ponderando que a AGU deve se restringir a opinar sobre casos que dizem respeito à União. Essa foi também a opinião do relator. Mercadante salientou que, com a súmula vinculante para o Supremo, é importante que a AGU seja ouvida em decisões relativas à inconstitucionalidade.

Denominação no MP

A CCJ acolheu proposta de Demostenes Torres para uniformizar

a denominação dos integrantes do Ministério Público em todos os escalões. A ideia é que todos sejam denominados promotores, extinguindo com isso o nome de procurador adotado no nível federal. Demostenes argumentou que essa é uma reivindicação de toda a categoria. Com a mudança, o nome de procurador-geral da República passará a ser promotor-geral da República.

O relator, José Jorge, disse ser favorável à alteração, lembrando que, muitas vezes, o cidadão não sabe que o procurador é, na verdade, um promotor a quem compete a tarefa de acusação. Ele foi contra, entretanto, outro destaque de Demostenes que tornaria obrigatória a unificação da denominação de juiz para toda a magistratura. Antonio Carlos Magalhães ponderou que o momento não recomenda a mudança de denominações, com o que concordaram Pedro Simon (PMDB-RS) e Valadares. Demostenes retirou a proposta.

Composição do STM

Sob a forma de emenda de relator, foi aprovada alteração no texto da Câmara para que o Superior Tribunal Militar (STM) seja composto de 11 ministros. Os deputados reduziram a composição atual daquela corte de 15 para nove integrantes. Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a alteração. Como havia concordância de todos os integrantes da comissão, o relator apresentou emenda de sua autoria. Mercadante argumentou que as competências do STM estão sendo ampliadas nessa reforma, sendo portanto justa uma redução menor no número de integrantes do tribunal.

Recurso extraordinário

Foi aprovado destaque de Tião

Viana (PT-AC) que retira do relatório a necessidade de o autor de recurso extraordinário ao Supremo ter de apontar a possível repercussão geral sobre a sociedade das questões constitucionais discutidas no recurso.

José Jorge sustentou que o instrumento seria importante para preservar o STF para as questões de grande relevância e reduzir o número de processos naquela corte. Mas Mercadante sustentou que o instrumento poderia levar o STF a não se pronunciar sobre temas de grande importância para o país.

Mercadante relatou que o ministro do STF Sepúlveda Pertence lembrou na CCJ que o mecanismo se assemelha à arguição de relevância, instituída em 1977 pelo regime militar. "Acabar com o dispositivo era uma reivindicação da comunidade jurídica, e estamos promovendo sua reintrodução", declarou o senador, anunciando que o destaque tinha apoio da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Garibaldi Alves (PMDB-RN) ressaltou que o instrumento, em vez de racionalizar os procedimentos do STF, poderia agravar o problema, já que os recursos não seriam mais analisados por um juiz ou uma turma, mas teriam de ser submetidos ao plenário do tribunal. O presidente da CCJ, senador Edison Lobão, disse ao relator que o novo procedimento poderia tomar mais tempo do STF que o próprio processo.

Em defesa do relator, Demostenes ponderou que o Supremo não foi feito para julgar causas menores. "As grandes cortes de justiça precisam julgar os grandes temas nacionais", disse, com o apoio de Antonio Carlos Magalhães e Alvaro Dias.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Atuação de Edison Lobão na presidência dos trabalhos, qualidade do parecer de José Jorge e dedicação dos senadores na análise da proposta são ressaltadas durante reunião da CCJ



Fotos: José Cruz



DISCUSSÃO Edison Lobão (à esquerda, ao lado de José Jorge) lembrou que a CCJ promoveu amplo debate sobre a proposta, ouvindo ministros de tribunais, juristas e membros do Ministério Público

Senadores destacam consenso na votação

Ao encerrar a reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) que concluiu a votação do parecer sobre a proposta de reforma do Judiciário, o presidente do colegiado, Edison Lobão (PFL-MA), destacou o patriotismo com que os senadores analisaram a matéria, “de suma importância para o país”. Ele elogiou o trabalho do relator, José Jorge (PFL-PE), e das lideranças dos partidos, que deram prioridade à proposta e viabilizaram acordos para a sua aprovação.

– Fizemos audiências públicas, ouvimos a Ordem dos Advogados do Brasil, ministros de tribunais, associações da magistratura e do Ministério Público. Admitimos inúmeras emendas, que foram, uma a uma, examinadas pela comissão. Cumprimento o relator pelo trabalho admirável, digno de sua competência e dedicação – declarou.

José Jorge agradeceu os elo-

gios de Lobão e dos demais senadores, e disse que tentou se colocar de maneira isenta frente à matéria.

– Procurei fazer um trabalho diferente do que faço como senador da oposição. Tive que esquecer que era da oposição e fazer um relatório que fosse aprovado por unanimidade, com discussões as mais técnicas possíveis, em respeito ao Judiciário. Esse é o primeiro passo importante para aperfeiçoar o Judiciário brasileiro – enfatizou o relator.

Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou a forma como Edison Lobão conduziu os debates e a “independência e seriedade” de José Jorge.

– Foi muita sorte termos esses dois nomes que fizeram com que a matéria fosse analisada aqui com a seriedade e a tranqüilidade que ela merecia. Foi um dos bons momentos dessa Casa. Nunca tinha visto uma matéria ser analisada com

tanta propriedade e competência. Fico orgulhoso – frisou Pedro Simon.

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), a correção com que Lobão preside a CCJ, onde se registram “duros embates”, e a competência de José Jorge na composição dos interesses levaram a uma reforma que pode melhorar o acesso dos “despossuídos” à Justiça.

– Esse trabalho é uma prova de que a crise política e as CPIs não tiram da cabeça da oposição o compromisso de votar matérias de interesse ao país. Não vamos deixar que qualquer crise impeça a boa governabilidade.

Demostenes Torres (PFL-GO) salientou que o presidente da Comissão de Justiça demonstrou autoridade, compromisso e conhecimento da matéria em

discussão. “É um craque”, resumiu. Demostenes qualificou de “belíssimo, dedicado e profundo” o trabalho do relator, que a seu ver representa a melhor proposta para o Brasil.

“Procurei fazer um relatório que fosse aprovado por unanimidade”, afirma José Jorge

.....

– O relator demonstrou ser um democrata, ouviu a todos e decidiu com juízo e prudência. Abriu-se a porta para uma grande reforma do Judiciário.

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que a CCJ está de parabéns pela forma correta, transparente, responsável e respeitosa com que enfrentou o desafio. Mercadante sustentou que a atuação de José Jorge permitiu a aprovação, por consenso, de matérias polêmicas.

– É preciso repetir esse ambiente em Plenário – observou, estendendo o elogio ao comportamento da oposição dian-

te do compromisso do governo com uma agenda positiva para o país.

Segundo a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), em vez de uma disputa da oposição *versus* situação, foram debatidas, durante o exame da proposta, importantes teses jurídicas. Ela destacou ainda a relevância das contribuições apresentadas pelas entidades do Judiciário e do Ministério Público.

Em suas intervenções, José Jorge, Aloizio Mercadante e Demostenes Torres lembraram ainda que os parlamentares têm a grande tarefa de dar continuidade à reforma do Poder Judiciário, por meio da análise de uma nova legislação infraconstitucional, que, segundo o líder do governo, será proposta pelo Executivo ao Congresso Nacional. Para Demostenes, a reforma infraconstitucional pode ser mais importante que a própria emenda constitucional em tramitação.

Rejeitada adoção de quarentena para escolha de ministro do STF

Indicação do procurador-geral da República

Ao rejeitar destaque de Demostenes Torres, a Comissão de Justiça descartou a possibilidade de o presidente da República escolher o procurador-geral da República a partir de lista tríplice, elaborada pelos membros do Ministério Público da União (MPU). Dessa forma, o presidente ficará livre para escolher, entre os membros do MPU, o procurador-geral, que, para ser nomeado, precisa ter o nome aprovado pelo Senado Federal.

Quarentena para indicação de ministro do STF

A CCJ não acolheu sugestão de Alvaro Dias (PSDB-PR) no sentido de vedar a indicação para ministro do STF de pessoas que, nos três anos anteriores, tenham exercido cargo de presidente, vice-presidente, deputado, senador, ministro de Estado, procurador-geral da República, entre outras funções.

Foro privilegiado

Os senadores da CCJ decidiram retirar todos os destaques sobre o assunto e manter o texto do rela-

tório de José Jorge acerca do foro privilegiado para julgar denúncias contra autoridades públicas.

Pela proposta, quando no exercício do mandato, um deputado, por exemplo, terá foro privilegiado no julgamento de qualquer tipo de crime de que seja acusado.

Eleição direta nos tribunais

Também foi rejeitado outro destaque de Alvaro Dias que visava instituir eleição direta para escolha dos presidentes e vice-presidentes dos tribunais, pelos juízes

vinculados às instituições.

Nepotismo

Demostenes Torres retirou destaque de sua iniciativa que estendia a proibição da prática de nepotismo a todos os Poderes. A proibição de nomear parentes no Judiciário foi incluída na reforma pelo relator da PEC no Senado.

José Jorge disse não ter ampliado a proibição em seu relatório por se tratar de uma PEC específica do Judiciário, mas concordou com a alteração, lembrando tratar-se de dispositivo que não será pro-

mulgado de imediato, pois terá que retornar ao exame da Câmara dos Deputados.

Magistratura

Demostenes Torres retirou ainda destaque que visava unificar a denominação em todas as instâncias da magistratura no país. A idéia do senador era adotar a expressão “juiz” para todos os integrantes do Judiciário, com o objetivo de evitar confusão por parte da sociedade com a diversidade dos termos atualmente adotados – juiz, desembargador e ministro.

REFORMA DO JUDICIÁRIO

Promulgação mais próxima

A maioria dos dispositivos da reforma do Judiciário, já aprovados na Câmara, poderão ser promulgados em breve caso sejam confirmados no Plenário do Senado. Entre eles estão a súmula vinculante e o Conselho Nacional de Justiça. Deverão ser remetidos à Câmara três dispositivos. Dois deles foram introduzidos pelos senadores: o que cria a súmula impeditiva de recursos e o que proíbe o nepotismo. O terceiro, alterado na Casa, fixa em 11 o número de integrantes do Superior Tribunal Militar

O QUE PODE SER PROMULGADO

Conselho Nacional de Justiça

Órgão que executará o controle externo do Judiciário. Será composto por 15 membros, nomeados pelo presidente da República após aprovação dos nomes no Senado. Entre os membros estão três ministros de tribunais superiores, um desembargador estadual, cinco juizes, dois advogados, dois membros do Ministério Público e dois cidadãos, indicados pelas duas Casas do Poder Legislativo. Entre as atribuições do conselho está a de receber reclamações e denúncias contra membros do Judiciário (juizes ou servidores), podendo aplicar sanções disciplinares, como remoção ou aposentadoria. A União criará em todos os estados ouvidorias de Justiça para receber as denúncias.

Conselho Nacional do Ministério Público

Órgão similar ao Conselho Nacional de Justiça, só que voltado para as ações de procuradores da República. Será composto por 14 membros.

Súmula vinculante

Instrumento pelo qual uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), aprovada por oito dos seus membros, terá que ser obrigatoriamente seguida pelos demais juizes do Poder Judiciário. A medida é voltada, principalmente, para os juizes de primeira instância (federal ou estadual), que terão que seguir as posições adotadas pelo Supremo. Na prática, a súmula vinculante reduz o número de recursos na Justiça brasileira, uma vez que 80% das causas julgadas no STF se referem a apelações de instâncias inferiores.

Justiça do Trabalho

Altera a competência da Justiça do Trabalho para julgar toda causa que diga respeito ao trabalho humano. Além disso, constitucionaliza matérias que estão atualmente em leis ordinárias, como julgamentos de ações relativas às penalidades impostas a empresas pelas delegacias regionais do Trabalho. A reforma também prevê que juizes de direito poderão atuar como juizes trabalhistas nos municípios não cobertos por vara do Trabalho.

Quarentena para magistrados

Os magistrados não poderão exercer a advocacia após a aposentadoria ou exoneração, nos locais onde trabalharam, antes de decorridos três anos. Hoje é comum um juiz se aposentar e atuar como advogado no mesmo fórum em que exercia o juízo.

Federalização de crimes contra direitos humanos

Os crimes contra direitos humanos, como tortura e homicídio praticado por grupo de extermínio, poderão ser julgados pela Justiça Federal, desde que o procurador-geral da República manifeste interesse perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ). Atualmente, a maior parte desses tipos de crime é julgada em tribunais de júri, na esfera estadual.

Defensorias públicas

Terão autonomia funcional e administrativa nos estados, podendo inclusive apresentar proposta orçamentária própria, o que já ocorre com o Poder Judiciário. Cabe aos defensores públicos a orientação e a defesa, perante os tribunais, de pessoas reconhecidamente necessitadas, sem condições de arcar com os custos de um processo judicial.

O QUE SEGUE PARA A CÂMARA

Súmula impeditiva de recursos

O relator propôs a adoção deste instrumento pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). Por meio dele, os tribunais poderão editar súmulas que, a partir da sua publicação, impedirão a apelação por meio de recursos. Assim, se em um julgamento a decisão do juiz for idêntica à súmula editada pelo STJ e TST, não será possível apelar da decisão. Para se tornar impeditiva, as súmulas terão que ser aprovadas por dois terços dos membros de cada tribunal.

Proibição de nomear parentes

A proposta do relator é que juizados e tribunais sejam impedidos de contratar ou nomear, no seu âmbito, para cargos comissionados, cônjuge, companheiro ou parente de juizes até segundo grau. A regra também vale para servidores concursados, que não poderão ser designados para trabalhar junto com o juiz parente.

Composição do Superior Tribunal Militar (STM)

A Câmara havia reduzido o número de membros do STM dos atuais 15 para apenas nove. Os senadores elevaram o número para 11.



Rocessell Pinheiro

AGRADECIMENTO Lúcia Vânia diz que inclusão de sua sugestão beneficiará pessoas carentes

Lúcia Vânia destaca autonomia para defensorias

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) agradeceu ao senador José Jorge (PFL-PE), relator da reforma do Judiciário, por ter acatado sugestão de sua autoria de incluir, na Proposta de Emenda à Constituição 29/00, a garantia da autonomia administrativa para as defensorias públicas da União. No texto da reforma, apenas as defensorias públicas dos estados e do Distrito Federal estavam contempladas. Na sua opinião, esse era um equívoco que precisava ser corrigido. – A Defensoria Pública da União tem como sua única e exclusiva função constitucional dar acesso à Justiça à população carente. Muitas vezes as pretensões jurídicas da população carente voltam-se contra o próprio Estado, em ações contra a União, o INSS, a Caixa Econômica Federal, entre outros órgãos. Dessa forma, nada mais correto do que a autonomia e independência de seus defensores – afirmou Lúcia Vânia. A senadora lembrou que são comuns os recursos contra a Caixa Econômica Federal, que, com seu corpo de advogados próprios e também com defesa terceirizada, propõe ações contra pessoas que fizeram financiamento da casa própria e não conseguiram pagá-lo. Lúcia Vânia destacou que a autonomia permitirá o fortalecimento das defensorias para que elas possam oferecer um melhor serviço à população carente.

Arthur Virgílio quer audiências públicas com Serra e Dirceu

O líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), anunciou ontem ao Plenário ter apresentado requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) para que o presidente de seu partido, o ex-senador José Serra (SP), e o ministro da Casa Civil, José Dirceu, compareçam em audiências públicas, no mesmo dia, para prestarem informações sobre o pedido de propina feito pelo ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz, e seus desdobramentos.

Da tribuna, Arthur Virgílio relatou diálogo que teve com José Serra. De acordo com o senador, o presidente do PSDB não quer dúvidas sobre sua vida pública. O líder do PSDB afirmou que o ex-senador e ex-ministro da Saúde irá explicar “até as razões de sua calvície”.

Serra tem sido citado por sua ligação com o subprocurador-geral da República, José Roberto Santoro, que tomou depoimento do empresário Carlos Augusto Ramos – o Carlinhos Cachoeira – na madrugada de 8 de fevereiro, após a divulgação do



Gerardo Magela

DEFESA Virgílio defende depoimentos perante Comissão de Fiscalização

vídeo, feito por Cachoeira, no qual Waldomiro lhe pede propina. O depoimento junto ao procurador também foi gravado e divulgado, com péssima repercussão para o membro do Ministério Público, que fala em “ferrar o governo do PT”.

O líder do PSDB criticou o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, por ter visto no depoimento tomado por Santoro “uma conspiração”. Comparou a suspeita com o falso plano de tomada de poder pelos comunistas, o “plano Cohen”, forjado pelos militares em 1937 e que resultou no Estado Novo e na ditadura de Getúlio Vargas.

Almeida Lima pede CPI para investigar suspeita de corrupção

Ao anunciar o êxito do Movimento “Brasil pela Ética e pelo Emprego”, que reuniu mais de 10 mil pessoas em Aracaju (SE), na semana passada, o senador Almeida Lima (PDT-SE) conclamou os partidos de oposição a aglutinar a insatisfação popular com os altos impostos e o desemprego para conseguir a instalação e o funcionamento de uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar corrupção no governo federal.

– Não foi um movimento “Fora Lula”, até porque não há motivos para tanto. O movimento, que queremos ver instalado nos quatro cantos do país, é democrático e não quer desestabilizar, somente investigar, como é direito da minoria política que não pode governar – disse.

Para Almeida Lima, não é natural que o governo fuja da

CPI “como o diabo foge da cruz”.

– Ao Legislativo cabe investigar os atos do governo, portanto nada mais natural que instale uma CPI para investigar o caso Waldomiro Diniz e outros desdobramentos. Não estamos acusando ninguém, mas a sabedoria popular diz que quem não deve, não teme – concluiu.



Rocessell Pinheiro

SABEDORIA POPULAR “Quem não deve, não teme”, afirma Almeida Lima



ROYALTIES Sarney (segundo à esquerda) ouve argumentos de prefeitos, que reclamam participação financeira na exploração de petróleo

Sarney recebe prefeitos da Baixada Fluminense

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem um grupo de prefeitos da Baixada Fluminense (RJ), acompanhados pelo senador Roberto Saturnino (PT-RJ) e pelos deputados Jorge Bittar (PT-RJ) e Simão Sessim (PP-RJ). Os parlamentares e os prefeitos estão tentando reverter decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre a participação daqueles municípios nos royalties da exploração do petróleo.

Saturnino disse que os prefeitos esperam o apoio de Sarney, embora reconheçam que sua intervenção esteja limitada pelo respeito devido a um outro Poder. Ainda de acordo com o senador, apesar de confiantes em que a decisão possa ser revertida a seu favor pelo novo presidente do STJ, ministro Edson Vidigal, empossado na segunda-feira, os municípios atingidos deverão perder a receita equivalente a três ou quatro meses de vigência da

medida, o que significa muito para orçamentos já apertados. – Há uma injustiça flagrante na distribuição dos royalties, que já foi reconhecida em todas as instâncias, inclusive pela ANP [Agência Nacional do Petróleo]. A concentração nos municípios do Norte é excessiva, em detrimento da periferia do Rio, que está absolutamente necessitada desses recursos – afirmou Saturnino.

Novo senador capixaba

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu em seu gabinete, na manhã de ontem, Marcos Guerra, suplente do senador Gerson Camata (PMDB-ES), que tomou posse durante a sessão plenária da tarde.

Também fez parte da agenda de Sarney a visita do almirante-de-esquadra Kleber Luciano de Assis. O militar foi designado para exercer as funções de secretário-geral da Marinha.

Marcos Guerra assume no lugar de Gerson Camata

Tomou posse ontem o senador Marcos Guerra, primeiro suplente do senador Gerson Camata (PMDB-ES), convocado em virtude de pedido de licença do titular até 4 de agosto. O senador, que foi encaminhado à Mesa por uma comissão formada pelos senadores Aloizio Mercadante (PT-SP), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN), vai integrar a bancada do PSDB.



COMPROMISSO Senador toma posse, sob as vistas de Romeu Tuma, Arthur Virgílio, Aloizio Mercadante e Eduardo Siqueira Campos

Sérgio Guerra: PT falha e não faz a reforma agrária

Senador denuncia invasões de terras em Pernambuco e critica “a discursaria” do presidente Lula

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) lamentou a concretização do “abril vermelho”, protagonizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O senador informou que o MST já invadiu dezenas de fazendas no seu estado, Pernambuco.

– Este governo não tem competência nem para fazer a reforma agrária, coisa que todo mundo acreditava que o PT faria sem problemas. No entanto, numa área que duvidávamos, ele fez bem: foi o acordo



DECEPÇÃO “Governo mostra que não tem competência”, afirma Sérgio Guerra

com o Fundo Monetário Internacional – criticou.

Sérgio Guerra disse que a população já não presta mais atenção aos discursos do presidente Luiz Inácio Lula da

Silva, por ter descoberto que se trata de “uma discursaria sem resultados”. Ele observou que, ante a falta de credibilidade, o Executivo decidiu divulgar suas ações pela televisão.

– Mas até nisso eles não tiveram sorte, pois a imprensa descobriu que havia manipulação na propaganda do governo do PT – comentou.

No caso das invasões em Pernambuco, o senador sustentou que o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) vem conseguindo manter a ordem, mas cabe ao governo federal executar a reforma agrária no país.

José Jorge cobra recriação da Sudene

O senador José Jorge (PFL-PE) conclamou o Senado a assumir a bandeira da recriação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), por entender que se trata de instrumento indispensável para o cumprimento do princípio constitucional de redução das desigualdades sociais e regionais do país.

– Lamento a atitude claudicante do presidente Lula, que depois das imagens do então candidato, desfeito em lágrimas, abraçando com seus militantes o prédio da sede da Sudene, em Recife, prometendo

resgatar a instituição e sua vocação história de indutora do desenvolvimento, esqueceu mais essa promessa de recriar o órgão diretamente vinculado ao seu gabinete – destacou.

José Jorge lembrou que, em fevereiro de 2003, o presidente criou o Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) para elaborar o documento básico sobre políticas de desenvolvimento sustentável para o Nordeste, para servir de base ao projeto de lei complementar de recriação da Sudene.

O parlamentar disse que “a empolgação acabou por aí”,

acrescentando que logo o projeto sinalizava que a Sudene não ficaria vinculada ao gabinete presidencial, “mas inserida no emaranhado de órgãos do Ministério da Integração Nacional”.

– Essa foi uma primeira reversão nas promessas do presidente Lula – ressaltou.

O senador afirmou que o Nordeste, no entanto, não ficou de braços cruzados. A bancada nordestina na Câmara dos Deputados conseguiu reunir 302 assinaturas para estabelecer regime de urgência para o projeto de lei que recria a Sudene.

Deputados aprovam urgência para projeto

A proposta que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi encaminhada ao Congresso pelo governo federal em julho do ano passado. O projeto (PLP 76/03) chegou à Câmara em regime de urgência a pedido do próprio governo. Posteriormente, o Executivo retirou a

urgência, alegando que o assunto precisava ser melhor discutido.

No dia 25 de março, os deputados voltaram a aprovar o regime para a matéria, após manobra de parlamentares nordestinos. Os deputados também aprovaram a urgência para o PLP 91/03, que recria a Superintendência de Desenvolvimento

da Amazônia (Sudam). Os órgãos foram extintos em 2001 por meio de medida provisória assinada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, depois de uma série de denúncias de corrupção envolvendo o FNE e o FNO, os fundos de investimento administrados pelas duas instituições.

Colaborador de agências de inteligência dos EUA presta depoimento

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), em conjunto com a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, ouviu ontem, em reunião reservada, o depoimento do “senhor Maurício”, brasileiro, colaborador de organizações de inteligência norte-america-

nas. Ele foi chamado para discutir com os senadores as denúncias veiculadas pela revista *Carta Capital*, que publicou entrevista de Carlos Alberto Costa, ex-chefe, no Brasil, do FBI, a polícia federal dos Estados Unidos. Ambas as comissões são presididas pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

Estado de São Paulo terá US\$ 20 mi para projeto de inclusão de jovens

■ Pedido de empréstimo, que segue para o Plenário em regime de urgência, foi aprovado ontem pela CAE

O programa Cultura e Cidadania para a Inclusão Social – Fábricas de Cultura, elaborado pelo governo do estado de São Paulo, poderá contar com US\$ 20 milhões do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O pedido de empréstimo recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo afirmou em ofício o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin (PSDB), os recursos serão utilizados para “promover a participação de crianças e jovens de baixa renda, moradores em favelas localizadas em distritos mais vulneráveis, em atividades artísticas e culturais que contribuam para



DEBATE Mercadante discute a proposta, que beneficiará crianças de baixa renda, com Demostenes, Saturnino e Mão Santa

seu desenvolvimento integral”.

A pedido de Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo, a proposta vai a Plenário em regime de urgência. Conforme disse, a postura favorável à iniciativa do governo paulista, comandado pelo PSDB, difere da atitude de parlamentares da oposição em relação a pleitos

apresentados pela prefeitura de São Paulo, controlada pelo PT. O senador Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou que a “iniciativa é excepcional”.

Também recebeu parecer favorável projeto de lei (PL 132/03), de Pedro Simon, que garante auxílio financeiro anual, pela União, a uma instituição

cultural, em cada unidade da Federação, que trabalhe com preservação da memória histórica e geográfica regional.

A proposta, que recebeu voto favorável do relator, senador Mão Santa (PMDB-PI), foi elogiada por Roberto Saturnino (PT-RJ). Ana Júlia Carepa (PT-PA) observou que a proposta está de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A pedido de Ana Júlia, o presidente da comissão, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), concedeu vista do projeto (PL 52/02) que estabelece critérios para distribuição de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que era importante estabelecer critérios para repasse dos recursos, que chegam a R\$ 10 bilhões por ano. O relator da matéria, Jonas Pinheiro (PFL-MT), elogiou o projeto, por diminuir as diferenças regionais.



POUCO Conforme Serys, apenas parte dos recursos foi utilizada na recuperação de estradas

Serys cobra explicações sobre uso de verbas da Cide

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) cobrou do governo explicações sobre a aplicação irrisória dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) reservados para a recuperação de estradas. Com base em dados publicados pelo jornal *O Globo*, a senadora informou que, dos R\$ 18 bilhões previstos para as obras, o governo gastou até agora apenas R\$ 7 bilhões.

Serys defendeu o uso dos recursos na recuperação de estradas federais, posicionando-se contra a medida provisória (MP) que repassa 25% da Cide para os estados, apesar de votar favoravelmente à matéria. Ela observou que os governadores usarão os recursos para recuperar apenas as rodovias estaduais, ficando as federais “ao abandono”.

A senadora frisou que o momento de o governo começar a recuperar as estradas é agora, com o fim das chuvas no Centro-Oeste.

Em apartes, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), Valdir Raupp (PMDB-RO) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) apoiaram a senadora.

Serys também criticou as alterações propostas na Câmara à PEC paralela, que abranda pontos da reforma da Previdência. Ela lembrou que houve acordo entre as forças políticas para a aprovação da matéria no Senado.

A senadora apresentou requerimento de voto de pesar pelo falecimento do sociólogo Octavio Ianni, no dia 4, aos 77 anos, na capital paulista, devido a um câncer.

Vinho nacional se adapta às normas do Mercosul

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) aprovou ontem parecer do senador Pedro Simon (PMDB-RS) favorável a projeto do Executivo que tem por objetivo adaptar às normas do Mercosul a legislação brasileira sobre classificação, qualidade, produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva. O projeto será submetido agora a votação no Plenário.

No entender de Simon, o projeto (PLC 89/00) é de grande relevância econômica para a indústria vinícola brasileira, especialmente a instalada no Rio Grande do Sul, responsável por mais de 90% da produção nacional de vinho. A proposta facilita o comércio da bebida dentro do bloco econômico. O senador disse que o Brasil deve integrar, em breve, a Organização Internacional do Vinho.

Na mesma reunião, a comissão, presidida pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), decidiu adiar para a próxima semana a apreciação do parecer



AVANÇO Simon anuncia que o Brasil vai integrar a Organização Internacional do Vinho

favorável do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) a projeto da Câmara (PLC 108/03) que altera regras do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). O projeto incluiu entre os beneficiários da reserva do fundo os municípios integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações humanas com população igual ou superior a 129.049 habitantes.

Operação da AmBev gera audiência pública na CAE

Denúncia da imprensa dando conta de que houve vazamento de informações na recente aliança entre a Companhia de Bebidas das Américas (AmBev) e a belga Interbrew será discutida em audiência pública pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Conforme o noticiário, o fato teria gerado prejuízos superiores a R\$ 1 bilhão aos detentores de ações preferenciais. A data da audiência ainda será marcada.

Requerimento com esse objetivo, de iniciativa de Demostenes Torres (PFL-GO), com base em matéria da revista *IstoÉ Dinheiro* de 17 de março, foi aprovado ontem.

A CAE acolheu ainda requerimento de César Borges (PFL-BA) propondo audiência pública com o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, para debater a recriação das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene).

Outro requerimento aprova-



LESÃO Demostenes destaca, com base em noticiário, prejuízo de mais de R\$ 1 bilhão a acionistas

do pela Comissão de Assuntos Econômicos, de iniciativa de Ana Júlia Carepa (PT-PA), visa substituir, em audiência pública, a participação do ministro do Planejamento, Guido Mantega, pela do secretário de Políticas Econômicas do Ministério da Fazenda. A reunião vai tratar da possível privatização do Banco do Estado do Pará (Banpará).

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos e Sérgio Zambiasi